

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.993 - PR  
(2019/0230854-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE : THIAGO A J WERLANG & CIA LTDA**  
**ADVOGADOS : JÚLIO CESAR DALMOLIN - PR025162**  
**JAIR ANTONIO WIEBELLING - PR024151**  
**MARCIA LORENI GUND - PR029734**  
**EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301**  
**SOLON MENDES DA SILVA E OUTRO(S) - RS032356**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Thiago A. J. Werlang & Cia Ltda. à decisão proferida por esta relatoria nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 613):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. APELO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, EM PARTE, ANTE A APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE O STJ CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NESSE PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELO AFASTAMENTO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões (e-STJ, fls. 620-622), a embargante sustenta, em síntese, a existência de omissão no que tange ao arbitramento dos honorários recursais previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Foi apresentada impugnação às fls. 625-634 (e-STJ).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brevemente relatado, decido.

De fato, compulsando os autos, constata-se que houve omissão quanto ao arbitramento de honorários recursais.

Com efeito, o cabimento da fixação de honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) deve ser examinado à luz das regras definidas pela Terceira Turma deste Tribunal Superior, a qual determinou o preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos: i) publicação da decisão recorrida a partir de 18/3/2016; ii) não conhecimento integral ou improvimento do recurso; e iii) a fixação de verba honorária na origem.

A propósito, confira-se a seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR O VÍCIO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS.

I - Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: 1. Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"; 2. o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; 3. a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; 4. não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; 5. não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; 6. não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba.

(...)

IV - Embargos de declaração acolhidos para, sem atribuição de efeitos infringentes, sanar a omissão no acórdão embargado.

(EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 8/5/2017).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessa forma, com razão a embargante, pois houve o desprovimento do recurso da parte adversa, contudo, sem arbitramento de honorários recursais, conforme determina o art. 85, § 11, do CPC/2015.

Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração para majorar os honorários em favor dos advogados da embargante em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator